

BC não admite mais interferência

A Nova República apresentará aos credores uma proposta de renegociação da dívida externa que, mesmo sem incluir os juros, introduz pelo menos quatro importantes modificações — ou “avanços”, de acordo com o presidente do Banco Central, Antônio Lemgruber. Em entrevista a o CORREIO BRAZILIENSE ele apontou estas inovações que agora dependerão, naturalmente, da concordância dos credores:

1º) Assegurar a possibilidade de tomar dinheiro novo dos bancos sempre que preciso, através de em-

préstimos conjuntos ou mesmo da capitalização dos juros (deixando de pagar os juros durante algum tempo). Na proposta anterior o Brasil se comprometia a buscar este eventual dinheiro novo junto a fontes não-bancárias. Lemgruber acrescentou a cláusula resguardando o país em caso de deterioração do balanço de pagamentos por choques externos;

2º) Tornar “irrelevante” o monitoramento da economia brasileira via Fundo Monetário Internacional, durante a vigência do acordo de rolagem (16 anos), reduzindo o número de visi-

tas e eliminando a cláusula que suspendia a rolagem da dívida no caso de relatório desfavorável sobre o desempenho econômico do país;

3º) Eliminar a “interferência exacerbada e absurda” na economia, recusando cláusulas que impediam mudanças na política monetária futura que implicassem em alteração nos depósitos em moeda estrangeira no BC;

4º) Não aceitar a cláusula anterior pela qual o país seria obrigado a fazer “pagamentos simbólicos” (down payments) de US\$ 2 bilhões aos bancos, durante os sete anos de carência.